

ATA DA REUNIÃO Nº 17 DO CONSELHO CONSULTIVO

DATA: 29 de fevereiro de 2012

HORÁRIO: 10h

LOCAL: Sala de Reuniões do 3º andar do prédio da ANAC no Rio de Janeiro (RJ) - Av. Presidente Vargas, 850

PARTICIPANTES

- Cláudio Passos Simão – Diretor da **ANAC** e Presidente Substituto do Conselho Consultivo;
- Ana Carolina Pires da Motta – Chefe da Assessoria Técnica Substituta da **ANAC** e Secretária-Executiva Substituta do Conselho Consultivo;
- Brig. Mauro Gandra – Associação Brasileira das Entidades de Comissarias Aéreas - **ABECA**;
- Décio Corrêa – Associação Brasileira de Entidades de Formação Aeronáutica - **ABEFAER**;
- Major Brig. Hermano Paes Vianna – Associação dos Fabricantes de Aeronaves Leves - **ABRAFAL**;
- Walter Bartels – Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil - **AIAB**;
- Humberto Mota – Associação Nacional de Concessionárias de Aeroportos Brasileiros - **ANCAB**;
- José Ronaldo da Luz – Associação Nacional de Manutenção Aeronáutica - **ANMAER**;
- George William César de Araripe Sucupira – Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves - **APPA**;
- Waldir Cardoso – Associação dos Usuários de Transporte Coletivos de Âmbito Nacional - **AUTCAN**;
- Flávio Oliva – Comissão de Aerodesporto Brasileira - **CAB**;
- Nelson Riet – Conselho Consultivo em Ciências Aeronáuticas - **CCCA**;
- Brig. do Ar José Alves Candez Neto – Comando da Aeronáutica - **COMAER**;
- José Felinto – Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos Rodoviário, Ferroviário, Hidroviário e Aéreo - **CONUT**;
- Luiz Kazumi Miyada – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - **INFRAERO**;
- Robson Bertolossi – Junta de Representantes das Companhias Aéreas Internacionais do Brasil - **JURCAIB**;

- Francisco Dias da Silva – Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola - **SINDAG**;
- Pedro Azambuja – Sindicato Nacional das Empresas de Administração Aeroportuária - **SINEAA**;
- Ricardo Scalise – Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo - **SINEATA**;
- Sérgio Dias – Sindicato Nacional dos Aeronautas - **SNA**;
- Anchieta Hércias – Sindicato Nacional das Empresas Aéreas - **SNEA**; e
- Maria Neide Vital da Silva – Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo - **SNETA**.

PAUTA

ANAC

- (1) Abertura dos trabalhos

ANAC

- (2) Renovação dos integrantes do Conselho Consultivo

ANAC

- (3) Funcionamento das câmaras técnicas instaladas

ANAC

- (4) Posicionamento sobre as propostas de alteração das Resoluções nºs 113, 115 e 116/2009

AIAB

- (5) Proposta de criação de Câmara Técnica para discutir a certificação e operação de VANTs

CONUT

- (6) Comercialização de serviços de bordo por companhia aérea

Câmara Técnica de Infraestrutura Aeroportuária

- (7) Informações sobre o andamento dos trabalhos

ANAC

- (8) Assuntos gerais

ANAC

- (9) Encerramento

(1) A sessão foi aberta às dez horas e dez minutos. Após saudar os presentes, o Presidente Substituto do Conselho Consultivo deu início aos trabalhos informando que o titular da função, em razão de reunião com o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência Pública, estava impossibilitado de comparecer à reunião, embora esse fosse o seu desejo. O Presidente Substituto, em nome da Agência, propôs, como forma de minimizar possíveis conflitos

de agenda no futuro, que as próximas reuniões do Conselho sejam realizadas em Brasília, com vistas a permitir uma melhor acomodação dos compromissos.

(2) Tratando do segundo item da pauta, o Presidente, reafirmando a necessidade da Agência de proceder à renovação dos integrantes do Conselho Consultivo, assentou que a ANAC, nos próximos dias, editará ato normativo específico estabelecendo os procedimentos a serem seguidos pelas entidades e as condições em que serão realizadas as indicações dos novos componentes. Informou ainda que, objetivando facilitar a transparência do processo, autorizara que fosse dada ciência aos atuais conselheiros do teor da minuta em elaboração, a fim de que pudessem se preparar para formalizar as indicações. Como esclarecido na reunião anterior do Conselho, o Presidente enfatizou que o processo de designação será relativamente simples e que serão obedecidas todas as premissas presentes no Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006.

Após sua explanação, esclareceu uma a uma as dúvidas pontuais dos conselheiros, em especial do representante da AIAB, quanto ao prazo do mandato, a designação da suplência, a forma de proceder às indicações e a quantidade de vagas. Enfatizou que a principal mudança relacionada à renovação dos integrantes do Conselho diz respeito à alteração do espaço representativo dos conselheiros, que passaria a ser do segmento a que pertencem, e não mais das entidades a que estão vinculados. Explicou, por fim, que, havendo igual número de candidatos e vagas, a escolha do representante será natural, e, havendo mais candidatos do que vagas, caberá ao Diretor-Presidente da Agência a decisão quanto à designação do conselheiro, conforme os critérios constantes da portaria a ser editada.

(3) Na sequência dos trabalhos, o Presidente informou, relativamente ao terceiro item da pauta, que convidará, já a partir da próxima reunião, os coordenadores de todas as câmaras técnicas instaladas e em atividade para que apresentem ao grupo síntese dos trabalhos desenvolvidos e dos estudos realizados até agora. Assentou que as câmaras técnicas são importante ferramenta de estudo e debate de assuntos intersetoriais e que, sendo assim, torna-se importante que os demais segmentos da aviação civil estejam permanentemente informados dos assuntos ali discutidos. Lembrou que cabe ao colegiado deliberar sobre a instalação e a participação das câmaras técnicas, bem como seu encerramento, quando considerar que o objetivo foi alcançado. Mencionou, ainda, que, além das apresentações a serem conduzidas alternadamente pelos respectivos coordenadores nas próximas reuniões, determinara à Secretaria Executiva que efetuasse um levantamento dos assuntos mais importantes e mais frequentemente pautados nas reuniões do Conselho e que pretende, de posse dessas informações, esclarecer ou encaminhar de forma definitiva tais assuntos visando abrir espaço

na pauta para permitir que novos e mais abrangentes temas possam ser trazidos à discussão nas futuras reuniões.

(4) Avançando para o próximo item da pauta, o Presidente expôs a situação em que se encontram as três propostas de substitutivos apresentadas em decorrência do trabalho realizado pela Câmara Técnica de Infraestrutura Aeroportuária. Noticiou que, relativamente à Resolução nº 113, de 22 de setembro de 2009, o processo que trata das regras para alocação de áreas aeroportuárias já foi distribuído e encontra-se concluso ao Diretor Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, relator da matéria. Acrescentou que tinha conhecimento de reuniões promovidas pelo Diretor Pellegrino com alguns membros da Câmara Técnica, as quais objetivaram alinhar pontos que eram passíveis de consenso. A esse respeito, o representante da JURCAIB externou, na condição de relator da Câmara Técnica, sua satisfação pelo progresso alcançado com relação ao assunto e agradeceu a postura colaborativa do Diretor Pellegrino, que, segundo ele, muito contribuiu para a convergência das opiniões, estando o tema, na sua avaliação, devidamente encaminhado.

Relativamente à proposta apresentada para a substituição da Resolução nº 115, de 6 de outubro de 2009, o Presidente informou que, no dia anterior, a Diretoria da Agência, tendo contemplado várias necessidades do setor, havia aprovado a submissão de proposta à audiência pública, pelo prazo de trinta dias, para recebimento de contribuições. Pontuou que a regulação do setor é bastante dinâmica e que nem sempre é possível contemplar imediatamente todas as propostas sugeridas. Informou que, para isso, seria necessário despender precioso tempo em estudos e análises e que, em determinados momentos, o melhor a fazer é aprovar aquilo que se tem consensualizado, enquanto novas propostas são avaliadas para serem incorporadas futuramente. Reconhece que esta versão não esgota todas as demandas apresentadas pelo setor, mas que é um avanço em relação ao que se tem atualmente.

O representante do SNEA defendeu que o processo de elaboração desta proposta deve repetir os moldes de elaboração do substitutivo da Resolução nº 113, de 2009, que, em sua avaliação, foi o mais bem conduzido até o momento. Em resposta, o Presidente aduziu que a audiência pública permitirá a apresentação de sugestões com vistas a aperfeiçoar a proposta e incentivou que os conselheiros também contribuam, ressaltando que tudo aquilo que não for passível de inclusão agora será analisado futuramente.

Já com relação à proposta de substitutivo para a Resolução nº 116, de 2009, os conselheiros foram informados de que ainda não foi possível alcançar um consenso em razão das profundas

divergências entre os pontos de vista dos técnicos da Agência e os da Câmara Técnica, razão pela qual as conversações continuariam até que um consenso maior sobre o assunto pudesse ser alcançado. Orientou-se que os integrantes da Câmara Técnica de Infraestrutura retomem as discussões diretamente com o Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária da ANAC, Sr. Fábio Rabbani, que fora designado pela Diretoria da ANAC para conduzir o assunto pessoalmente até que seja alcançado um ponto satisfatório de entendimento, para que, então, seja possibilitada a apresentação de nova proposta para deliberação.

(5) Na sequência, o Presidente passou a palavra ao representante da AIAB para que discorresse sobre o quinto item da pauta. O conselheiro falou aos presentes sobre a proposta elaborada pela entidade que representa, endereçada à ANAC, para criação de câmara técnica específica para tratar da certificação do processo produtivo e posterior regulamentação da operacionalização dos veículos aéreos não tripulados – VANTs. Esclareceu que tais medidas se fazem necessárias diante de um cenário de maior utilização desses veículos, não apenas por órgãos oficiais de segurança, mas por vários segmentos da sociedade civil. Em breve resumo, relatou a incipiente história desses aparelhos e ressaltou que este assunto é, atualmente, objeto de estudo por parte da ICAO. Acrescentou que há interesse, por parte do setor privado, na exploração dos potenciais serviços que podem ser ofertados mediante o uso destas aeronaves. Em defesa da proposta de criação de câmara técnica específica, pontuou que as empresas prestadoras de serviços aéreos especializados, o DECEA e, naturalmente, a indústria, seriam partes legitimamente afetadas e interessadas pela regulamentação a ser estabelecida.

Acerca da matéria, o Presidente afirmou que se trata de um tema relativamente novo na regulação da aviação civil e que há necessidade, por parte do regulador, do desenvolvimento de um completo marco regulatório que abranja, além da certificação, a regulamentação das operações e do uso do espaço aéreo. Consignou que, de fato, existe um grupo internacional de trabalho junto à ICAO, do qual a ANAC e o DECEA fazem parte, estudando, entre outras coisas, os critérios para certificação deste tipo de veículo. Informou, ainda, que, no âmbito deste grupo, existe um comitê técnico, composto por representantes das áreas de aeronavegabilidade e operações da ANAC e por integrantes do DECEA, incumbido de estudar aplicações específicas envolvendo VANTs. Ponderou que, por se tratar de matéria de natureza regulatória, esta deveria ser desenvolvida intrinsecamente pelo corpo de especialistas da Agência, e não por uma câmara técnica como, a princípio, foi defendido. Propôs, alternativamente, que as entidades interessadas em contribuir com o tema venham participar, na condição de convidadas, do fórum específico a ser criado entre representantes da indústria e do Comitê Técnico ANAC-DECEA.

(6) O representante do CONUT, adentrando ao sexto item da pauta, reforçou a manifestação proferida em nome da entidade na última reunião do Conselho, que era de contrariedade à cobrança da água servida durante os voos. Esclareceu, sobre este assunto, que, mesmo sendo a venda de alimentos a bordo uma questão de caráter eminentemente interno das companhias, é preciso levar em consideração que o passageiro pode ficar, após o embarque, privado de escolhas ou alternativas de consumo durante horas e que a água é um recurso absolutamente indispensável. Por considerar este tema relevante, enfatizou que a Agência adote providências para coibir esta prática.

(7) O representante da JURCAIB, em nome do representante da ABAG, que não compareceu por motivo de saúde, salientou, como relator da Câmara Técnica de Infraestrutura Aeroportuária, que, além dos três comitês, cujos assuntos foram abordados no item quatro da pauta desta reunião, existem mais dois em atividade, sendo um deles destinado ao estudo do financiamento da infraestrutura e o outro à capacidade aeroportuária. Mencionou que, em razão do intenso trabalho elaborado pelas comissões responsáveis pela revisão das Resoluções já citadas, as atividades desenvolvidas por estes dois últimos grupos não tiveram seus trabalhos devidamente divulgados, o que deverá ocorrer a partir de agora. O representante da Infraero, lembrando da existência de outros grupos de trabalho com temas semelhantes, como o da SAC e da CONAERO, manifestou que seria desejável que todas as entidades envolvidas em atividades cujo objetivo seja o de mensurar a capacidade aeroportuária pudessem, de alguma forma, somar esforços e compartilhar informações, já que esses estudos visam ao interesse comum do setor.

(8) Dando início à última etapa da reunião destinada aos pronunciamentos, o Presidente passou a palavra ao representante da AUTCAN para iniciar a rodada de assuntos gerais. O conselheiro passou a comentar a problemática da segurança nos aeroportos, notadamente aquela que envolve o passageiro e o usuário de transportes. Citou, a título de exemplo, recente episódio ocorrido no aeroporto do Galeão, cujas cenas foram gravadas pelo sistema de vigilância interna, em que taxistas não credenciados, chamados “piratas”, com o auxílio de captadores, denominados “zangões”, envolveram-se em ato de violência física com outros taxistas. Declarou que este tipo de situação não acontece somente neste aeroporto, mas em muitos outros, e cobrou do operador aeroportuário providências no sentido de evitar o ingresso e a abordagem de passageiros por prestadores de serviços não autorizados no terminal aeroportuário.

O representante do SINEAA afirmou que situações desta natureza ocorrem em aeroportos do mundo todo. Defendeu que seja proposto comitê específico para discutir e elaborar, em conjunto

com representantes dos usuários de transportes e dos governos municipais e estaduais, projeto de regulamentação para o “lado terra” dos terminais aeroportuários, assim como existente para o “lado ar”, com vistas a atenuar problemas desta natureza. Propôs, também, que fosse estabelecida uma área restrita, logo após o desembarque dos passageiros, em que estes teriam acesso a serviços credenciados pelo aeroporto e não seriam assediados por desconhecidos, e avaliou que a ANAC é parte responsável na regulamentação deste espaço.

O representante da Infraero afirmou que a fiscalização deste tipo de transporte cabe à autoridade municipal de trânsito, e não ao operador aeroportuário. Questionou, ainda, a internalização, dentro do Conselho, de problemas que são externos à aviação civil.

(9) Finalizando o encontro, o Presidente do Conselho sugeriu agendar para o dia 30 de maio de 2012, quarta-feira, a data da próxima reunião. Porém, em consonância com a proposta apresentada no início dos trabalhos, sugeriu que o encontro seja realizado em Brasília. Em acolhimento a sugestão de um dos conselheiros, foi definido que o horário de início será às quatorze horas, o que contou com a aprovação dos presentes.

Agradecendo a participação de todos, o Presidente encerrou a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos.

Ata lavrada pela Secretária-Executiva Substituta do Conselho Consultivo, Ana Carolina Pires da Motta.